



O ladrão que processou a vítima



Em Belo Horizonte (MG), "Fulano de tal", 22 de idade, estudante de profissão, mas ladrão nas horas vagas, colocou um pedaço de madeira embaixo da camisa para simular uma arma. E se foi em direção a uma padaria, da qual já era "cliente", na realização de outros furtos.

Rendeu a funcionária que trabalhava na caixa, apossou-se de R\$ 45 e bateu em retirada.

O dono chegava ao estabelecimento, dando de cara com a cena finalizada e os gritos da funcionária. E partiu para cima do meliante, engalfinhando-se ambos na rua. Ali, o ladrão apanhou de diversas pessoas, sendo imobilizado até a chegada da PM, que o conduziu ao distrito policial.

O flagrante foi lavrado e homologado, mediante o histórico de que a padaria sofrera dez assaltos em sete anos e que se suspeitava que o estudante tivesse envolvimento em alguma das ocorrências anteriores.

Além de pedir o habeas - que foi indeferido - o advogado do meliante ingressou com queixa-crime contra o dono da padaria, expondo com todas as letras, que "os envolvidos estouraram o nariz do querelante - mas, em vez de bater, o dono da padaria poderia ter feito apenas a imobilização".

O petitório também reconhece que "o querelante assaltou, mas não precisava apanhar, devendo ser entregue ileso à altaneira Justiça brasileira".

E arrematou ter sido "vítima de crime tipificado no artigo 129 do Código Penal, por ter sido ofendido na sua integridade corporal, a ninguém sendo dado o direito de fazer justiça com as próprias mãos".

A petição inicial foi indeferida. "Após longos anos no exercício da magistratura, talvez seja o caso de maior aberração postulatória que veio às minhas mãos. A pretensão do indivíduo, criminoso confesso nos termos da própria inicial, apresenta-se como um indubitável deboche" - observou o magistrado.

O magistrado também referiu que o comerciante agiu em legítima defesa, tendo "apenas buscado garantir a integridade física de sua funcionária e, por desdobramento, seu próprio patrimônio".

Na ação penal movida pela Justiça contra o estudante, ele recebeu a liberdade provisória e foi condenado em regime aberto, pena já cumprida.

E não se tem mais notícias dele...

Fonte: JusBrasil - Publicado por Espaço Vital – 05.08.2014

25 milhões de desempregados!

A taxa de desemprego dos 18 países que compõem a Zona do Euro ficou em 11,5%, em junho, segundo a agência de estatísticas Eurostat (IBGE de lá). Apesar de ser a menor taxa desde setembro de 2012, ela significa que existem 18,4 milhões de desempregados nos países da região que adota o euro.

Entre os 28 países que integram a União Europeia (UE), o desemprego ficou em 10,2% mês passado, contra 10,3%, em maio. O número de desempregados no bloco é estimado em 25 milhões pela Eurostat.

A distribuição do desemprego, porém, é extremamente assimétrica. Se Áustria (5%), Alemanha (5,1%) e Malta (5,6%) exibem as menores taxas do continente, em países como Grécia (27,3% em abril, último dado disponível) e Espanha (24,5%), o indicador é cerca de cinco vezes maior. Na Espanha, com isso, cresceu o número de pessoas que moram em lares nos quais ninguém tem emprego.

Mas vale lembrar que a taxa de desemprego na Alemanha é "maquiada" pelos "mini-jobs", ou seja, empregos com meia jornada de trabalho e meio salário!

Fonte: Boletim Ernesto Pares nº 560 de 03/08/2014

França ainda em recessão

O presidente da França, François Hollande, declarou que a situação econômica do país continuará "complicada" em 2014. Segundo o anúncio, feito na sexta-feira (01), o governo vai continuar atendendo apenas ao que chama de "principal".

Em reunião com os ministros, o governo francês anunciou um programa para incentivar meio milhão de jovens franceses a entrarem no mercado informal como única saída para o desemprego no momento. De acordo com números oficiais, 390 mil pessoas em idade ativa estão paradas por falta de vagas no mercado de trabalho. Entre os jovens, menores de 25 anos, a taxa de desemprego já chega a 25%!

Fonte: Boletim Ernesto Pares nº 560 de 03/08/2014

Febraban e Receita Federal discutem acordo com EUA para transparência tributária

BRASÍLIA - Na prática um dos objetivos da lei promulgada pelo governo norte-americano em 2010, é evitar evasão fiscal dos cidadãos americanos residentes fora e dentro dos EUA

Por Agência Brasil

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, esteve reunido nesta sexta-feira (1º), em Brasília, com o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, para discutir a Foreign Account Tax Compliance Act (Fatca), um conjunto de medidas fiscais adotadas pelo governo dos Estados Unidos que busca aumentar a transparência sobre os rendimentos de cidadãos americanos obtidos fora e dentro daquele país e a cobrança das respectivas tributações.

Ao deixar o Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, não quis dar muitos detalhes do encontro. "Foi só uma discussão técnica. Como é que vamos fazer e a operacionalização [da nova legislação] A discussão sobre a Fatca foi exclusivamente técnica", disse Murilo Portugal.

Na prática um dos objetivos da lei promulgada pelo governo norte-americano em 2010, é evitar evasão fiscal dos cidadãos americanos residentes fora e dentro dos Estados Unidos. As receitas brasileira e americana neste contexto deverão identificar, assim, os cidadãos obrigados a recolher impostos ao Tesouro daquele país.

O Brasil já tem um acordo com os Estados Unidos para repassar esse tipo de informação a partir do Decreto 8.003/2013 que trata do intercâmbio de informações relativas a tributos, firmado em Brasília, em 20 de março de 2007, mas que esperava, até então, a aprovação do Congresso Nacional.

Na ocasião da aprovação do tema no Senado Federal, a Receita informou que esses tipos de acordos de troca de informações tributárias, cujas celebrações vem sendo intensificadas pelo país nos últimos anos, são fundamentais no combate à fraude e à evasão fiscal e ao planejamento tributário agressivo ou abusivo, impedindo assim a erosão da base tributária também do Brasil. Além disso, destacou a Receita, são valiosos instrumentos que ajudam na luta contra o crime organizado e a lavagem de dinheiro.

Para a Receita, a orientação adotada pelo Brasil, além de refletir seu maior envolvimento nos esforços do Grupo do G20 (que reúne mais as maiores economias do mundo) no combate aos paraísos fiscais, está inserida na tendência mundial para a maior colaboração entre as administrações dos países no campo tributário, especialmente para acompanhar a globalização dos negócios e a mobilidade do capital, das pessoas e da prestação de serviços, sobretudo.

Além dos EUA, o Brasil tem acordos de transferência de informações tributárias com outros países, como por exemplo, Reino Unido e Uruguai.

Fonte: DCI – 01.08.2014

Lei que multa quem não registra doméstica é falha

A lei que entra em vigor nesta semana e prevê multa em dobro para quem não registrar em carteira um empregado doméstico será de difícil fiscalização e deixa lacunas que exigem regras extras para ser aplicada.

Até a última sexta-feira, o Ministério do Trabalho não havia definido ainda as normas para regular a lei nº 12.964, que foi sancionada em abril e não faz parte da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das domésticas aprovada no ano passado.

O órgão admite que as regras podem ficar prontas só após a próxima sexta, dia 8, quando entrará em vigor. Como pela Constituição o domicílio é inviolável, impedindo que a fiscalização vá à casa do empregador, a ação terá de ser indireta.

"Essa parte da fiscalização é uma lacuna difícil de ser coberta na área doméstica, mas necessária", reconhece a autora da lei, a ex-senadora Serys Slhessarenko (PTB-MT). Filiada ao PT quando propôs a lei, ela admite não ter pensado nisso ao criar a multa.

"A fiscalização será indireta. Será necessário fazer uma denúncia ao Ministério do Trabalho", explica Roberto Leão, coordenador geral de recursos do ministério.

Entre os próprios fiscais do Trabalho, a legislação também causa mal-estar, segundo a Folha apurou. Um dos aspectos apontados é a falta de pessoal para checar os milhares de denúncias que podem surgir. O outro, como viabilizar a fiscalização.

A preocupação faz sentido quando se observa que, dos 6,4 milhões de trabalhadores domésticos do Brasil, 4,5 milhões não tinham carteira assinada, segundo os dados da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) de 2012, do IBGE.

Valores

Esse é só o primeiro dos entraves. O texto da legislação prevê ainda que o valor da multa será elevado em "pelo menos" 100% ao previsto em caso de não registro de um trabalhador que não seja doméstico. Não especifica, entretanto, quando o percentual de 100% será aplicado ou em que ocasiões deverá ser elevado.

A seguir, a lei fala que o patrão que registrar seu funcionário voluntariamente, reconhecendo o tempo de serviço e pagando as devidas contribuições previdenciárias retroativas, poderá ter esse percentual reduzido.

"É um dos pontos em estudo", afirma Leão. Segundo ele, o valor mínimo da multa a quem infringir essa lei será de R\$ 805,06 -o dobro dos R\$ 402,53 aplicados a qualquer outro empregador que não registre seu funcionário. "Pode, porém, ser reduzido no caso que está em estudo."

Segundo a advogada Daniela Ferreira da Silva, do sindicato que representa a categoria doméstica em 27 cidades paulistas, os valores da multa, em discussões ainda em curso no ministério, devem variar de R\$ 805,06 a cerca de R\$ 2.000. "Tudo vai depender do tempo em que o doméstico está sem registro."

Destino

Outro aspecto em discussão é que a multa aplicada ao patrão não irá para o bolso do trabalhador deve ser recolhida aos cofres do Estado. "Devia ir para a empregada", diz Creuza Oliveira, dirigente licenciada da federação das domésticas (CUT).

"Se o governo criar um fundo, como será fiscalizado e para onde irá essa arrecadação?", questiona a autora da lei. O texto original previa que a multa fosse para o trabalhador prejudicado, mas essa regra foi vetada quando a lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Um ponto de atenção é que não há número mínimo de dias de atuação do empregado na residência por semana para configurar vínculo empregatício na lei. Três dias tem sido o prazo aceito pela Justiça do Trabalho.

Outros fatores, como dependência econômica daquela atividade, também são considerados para definir a existência desse vínculo, diz a advogada Andrea Burchales, do escritório Mattos Filho.

Devido à dificuldade para fiscalizar, especialistas consideram que será difícil aplicar a multa.

Fonte: Folhapress / Jcnet.com – 04.08.2014

O mito da inflação

Quando confrontados com a realidade (os preços não estão descontrolados), os conservadores dizem que os índices são manipulados

Por Paul Krugman

Sempre que aponto que a hiperinflação nos Estados Unidos prevista pelos suspeitos habituais nos últimos seis anos não se materializou, recebo uma série de comentários do tipo: sim, ocorreu, e simplesmente o governo mente sobre as estatísticas.

Uma resposta: as medições independentes, como o Índice do Bilhão de Preços, não mostram resultados muito diferentes do dado oficial. Mas aí apontam o preço mais alto de qualquer coisa como evidência de que temos muita inflação.

Não que eu pense que esses interlocutores podem ser demovidos, mas é importante perceber que os preços relativos sempre mudam, e que alguns inevitavelmente sobem mais que a média. Se você remontar ao início da Grande Recessão, os preços dos alimentos aumentaram mais que o índice de preços ao consumidor, mas os valores dos carros aumentaram mais lentamente (e as coisas tecnológicas ficaram muito mais baratas, é claro).

E o que dizer do Shadowstats, site que pretende fornecer medições reais de variáveis econômicas e afirma que a inflação é muito maior do que o governo admite? A assinatura custa 175 dólares, o mesmo preço de oito anos atrás.

James Pethokoukis, comentarista e blogueiro do Instituto Americano de Empresas, e Ramesh Ponnuru, colunista da Bloomberg, estão frustrados. Eles têm tentado converter os republicanos ao monetarismo de mercado, mas os intelectuais favoritos da direita continuam a recorrer a excentricidades sobre teorias conspiratórias da inflação. Três anos atrás, foi o professor de Harvard Niall Ferguson na Newsweek, ao citar o Shadowstats, uma fonte fraudulenta. Ferguson foi amplamente ridicularizado por conservadores moderados assim como por liberais... Mas lá vem Amity Shlaes, da National Review, com o mesmo argumento e baseado na mesma fonte.

A resposta é que a paranoia da inflação não é uma simples falta de compreensão que pode ser corrigida ao se indicarem as evidências. Está profundamente inserida na psique conservadora moderna. Segundo essa visão de mundo, a ação do governo deve, por definição, ter efeitos desastrosos. E qualquer coisa que os monetaristas do mercado tentem dizer, seus camaradas

políticos continuarão a misturar política monetária com estímulo fiscal e o Obamacare. Então são sempre os anos 1970, se não Weimar, e, se os números disserem outra coisa, devem estar manipulados.

Assim, o monetarismo de mercado não vai a lugar nenhum, politicamente. Ele esteve conspicuamente ausente do livro de supostas novas ideias de Eric Cantor. E o próprio Cantor foi derrubado do Congresso por um randita (seguidor de Ayn Rand) baseado na fé (o que não faz sentido, mas o sentido também tem um conhecido viés liberal). Desculpem, rapazes, mas vocês não têm casa.

A boa notícia sobre a Lei de Acesso à Saúde não deveria ser considerada discutível. As inscrições realmente estão acima da meta. Diversas pesquisas independentes mostram queda acentuada da população não segurada, o aumento dos custos dos tratamentos de saúde realmente desacelerou drasticamente, seja qual for a razão, e os novos segurados estão em geral satisfeitos com sua cobertura.

Se você quiser insistir que haverá grandes problemas futuros, está bem (por favor, explique), mas os fatos até agora são bastante bons.

Entretanto, o que vejo – e o que se vê quando se sugere que as coisas vão bem – é uma enxurrada não só de desacordo, mas de fúria. As pessoas ficam rubras de raiva, praticamente a ponto de incoerência, diante da sugestão de que Obama não é um desastre.

O que é isso? Em parte pode ser a “síndrome de perturbação de Obama”. Fiquei chocado com a correspondência que recebi depois de minha última coluna no The New York Times, na qual leitores me acusaram de fazer propaganda para o presidente Obama e me recusar a admitir que ele é um desastre, quando a coluna apenas citou o cara. O Obamacare foi um rótulo colocado na Lei de Acesso à Saúde por seus adversários, para amarrar o presidente ao desastre que viria. Agora eles estão decepcionados porque ele e sua reputação estão se saindo bem.

Em parte pode ser o ódio geral por qualquer tipo de programa que ajude os menos afortunados, especialmente se eles forem... você sabe, não brancos.

E em parte, desconfio, por existir agora um elemento de vergonha. Se a coisa realmente funciona, todo mundo que gritou que seria um desastre acaba por parecer muito idiota.

Às vezes a aparência não engana.

Fonte: Carta Capital – 03.08.2014

Exportador brasileiro agora teme vender para Argentina

Por Alexa Salomão e Josette Goulart

O governo de Cristina Kirchner já criava restrições burocráticas para dificultar as compras de produtos brasileiros com uma meta específica: evitar a saída de dólares. Os números explicam. Argentina tem reservas para pagar cinco meses de importações. A título de comparação, o fôlego do Brasil é de 20 meses.

Com o calote, o cenário de escassez piora. O argentino Leandro Gonzalez, sócio da empresa de importação e exportação Sandler & Travis, diz que já há falta de dólares. "Havia a expectativa de

que no segundo semestre a situação melhoraria. Com o default não creio que vá piorar, mas não vai melhorar."

Do lado de cá da fronteira, apesar de não haver alarmismo, a sensação de insegurança se espalha. No setor automotivo, por exemplo, entre os executivos até prevalece a sensação de blindagem, porque os dois países acabaram de firmar um novo acordo, que melhora as condições para a Argentina. Ninguém acredita que o governo de Cristina Kirchner cometeria a "loucura" de intervir nos trâmites financeiros das montadoras.

No entanto, um executivo com alto cargo numa montadora, que prefere não ter nome revelado, diz que é preciso ter controle diário dos pagamentos porque há atrasos. "Todo dia morre um de nervoso aqui", diz o executivo. "Numa semana pinga e na outra não."

A indústria automobilística sofre com a recessão. No ano passado, os argentinos compraram 970 mil automóveis. Metade saiu do Brasil. Até junho, as vendas caíram 30%. A expectativa, após o calote, é que fiquem em 500 mil veículos - quase metade do consumo de 2013.

Cautela

Em outros setores, o clima é mais sombrio. A indústria têxtil, que tem a Argentina como principal destino das exportações, redobra a cautela. "Os fabricantes têm uma dúvida: mesmo que o importador tenha dinheiro, quem garante que, após o calote, o BC não vai segurar os dólares?", pergunta Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

O dilema mexeu com as regras na Savyon, fabricante de malhas especiais. Historicamente, a empresa pede um sinal para iniciar a fabricação dos produtos, não importa se para os Estados Unidos, o Canadá ou a França. A mercadoria é embarcada após o banco do cliente enviar o comprovante de pagamento da segunda parcela.

"Com a Argentina também era assim, mas de um ano para cá, começamos a ter problemas", diz o diretor da Savyon, Renato Bitter. "O cliente mandava o seu banco pagar, mas o Banco Central da Argentina atrasava o envio - uma vez, esperamos uma semana. Após o calote, não vamos enviar os produtos enquanto o dinheiro não cair na nossa conta no Brasil." Em condições normais, o Banco Central argentino precisa de no máximo 48 horas para enviar o dinheiro, mas os atrasos se tornaram constantes.

As indústrias de calçados vão pelo mesmo caminho. A Argentina é o segundo mercado, após Estados Unidos, mas os negócios mínguam. "Vamos embarcar neste ano menos da metade que no ano passado", diz Heitor Klein, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

Os calçadistas endureceram. A Bibi, fabricante de calçados infantis, pela primeira vez, em 25 anos, recusa pedidos da Argentina. Dos 120 mil pares encomendados em 2013, 8 mil ainda não tiveram autorização para cruzar a fronteira. "Calculamos e assumimos o risco de não receber, mas chegamos no limite", diz Rosnei da Silva, diretor administrativo da Bibi. "Vender agora, nas atuais condições, vai além do aceitável - seria como acelerar o carro numa estrada molhada, à noite, sob neblina."

Fonte: Estadão/ Yahoo finanças – 03.08.2014

Quase 12 mil trabalhadores tiveram contrato de trabalho suspenso este ano no país

Resultado é o pior desde 2009. Maioria dos afastados é da indústria

POR GERALDA DOCA E ROBERTA SCRIVANO

BRASÍLIA e SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP) A crise na indústria fez crescer o número de empregados que tiveram seus contratos de trabalho suspensos, no chamado layoff. O sistema funciona como alternativa às demissões e, no período de afastamento, de até cinco meses, os salários são reduzidos e pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo levantamento inédito do Ministério do Trabalho, feito a pedido do GLOBO, entre janeiro e julho de 2014 foram incluídos nesse regime 11.918 trabalhadores. É o segundo maior contingente para o período da série, perdendo apenas para os sete primeiros meses de 2009, quando a crise financeira internacional atingiu em cheio o país e 20.261 empregos ficaram pendurados no layoff. Diante da falta de perspectiva de melhora nos indicadores econômicos no segundo semestre, a tendência é que o número de contratos suspensos mediante o layoff seja recorde este ano, na avaliação do ministério. Na semana passada, a GM (de São José dos Campos) e a Ford (Taubaté) comunicaram aos empregados que pretendem recorrer ao mecanismo.

O diretor de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly, lembrou que a situação atual não é igual a de 2009, quando os pedidos de layoff foram concentrados no primeiro semestre, com o mercado de trabalho se recuperando a partir de agosto daquele ano. O impacto da atividade econômica fraca nas fábricas tende a se intensificar.

— A crise está vindo agora e o total de contratos suspensos pode superar o de 2009 — diz.

De acordo com o levantamento do ministério, do total de contratos de trabalho suspensos neste ano, 10.020 são da indústria. Os subsetores que mais recorreram ao mecanismo foram fabricação de açúcar, álcool, automóveis, caminhões, ônibus e peças e acessórios para veículos. Também estão na lista as indústrias de plásticos e de aparelhos elétricos.

'O QUE VAI ACONTECER?'

Caio Viveiros, de 27 anos, é um dos 1,2 mil metalúrgicos que tiveram contrato suspenso pela Mercedes-Benz em julho. Ele faz a soldagem de cabines de caminhões há 12 anos na montadora, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Casado e sem filhos, ele conta os dias para que os cinco meses de layoff terminarem.

— Quando fui avisado que ficaria em layoff, veio uma pergunta na minha cabeça: por que eu? Fico ansioso para terminar logo esse período e saber o que vai acontecer, se terei que procurar outro emprego. Comecei até a ler o noticiário econômico para acompanhar se as coisas vão melhorar. Vou fazer até simpatia para ver se dou jeito nessa redução de produção — diz o jovem, que entrou na empresa aos 15 anos.

Agora, por recomendação da Mercedes, ele faz um curso técnico de operador industrial três vezes por semana, em um Senai instalado dentro da própria montadora. É uma forma de capacitação para outras atividades, caso ele não seja realocado no mesmo setor ou até mesmo seja dispensado.

Para ajudar a pagar os salários dos trabalhadores incluídos no layoff até julho deste ano, o FAT, que é deficitário, gastou R\$ 30,183 milhões, mas o dado é preliminar e deverá ficar próximo a R\$

37 milhões. Em média, eles recebem 4,2 parcelas do seguro-desemprego, com valores entre R\$ 724 e R\$ 1.304.

O mecanismo de suspensão do contrato de trabalho é permitido por lei, mas a empresa precisa negociar a adoção do regime com o sindicato dos trabalhadores e registrar o acordo no Ministério do Trabalho. Não há garantia de estabilidade, ou seja, depois do período de afastamento, os empregados podem ser demitidos, sem direito ao seguro-desemprego, que foi antecipado.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos não chegou a acordo com a GM, sobre a suspensão dos contratos dos metalúrgicos de Taubaté.

— As montadoras recebem incentivos do governo, como redução do IPI. Queremos uma contrapartida — destacou Luiz Carlos Prates, secretário-geral do Sindicato.

Fonte: O Globo – 03.08.2014

Filiado a:

